

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB) – Comunicação de**

Líder: Agradeço ao Ver. Cechim, cumprimento a Ver.^a Lourdes, a bancada do meu partido, senhoras e senhores; em primeiro lugar, eu quero saudar a comunidade que vem do Mato Sampaio, mais uma vez sejam bem-vindos. Quero, ao mesmo tempo, saudar a presença aqui da nossa Força Aérea Brasileira e saudar a presença do Exército Brasileiro, do nosso verde-oliva, ambas instituições de orgulho para todos nós, e todos aqueles que são veteranos das

missões brasileiras. Estamos entrando na Semana da Pátria, logo em seguida, teremos o período de Comunicações – Brasil acima de tudo.

Por falar em Brasil, o Brasil que eu quero não é o Brasil que alguns fazem, dividindo ricos e pobres, com conflito de classes. O Brasil que eu desejo é um país que possa integrar desenvolvimento social com desenvolvimento econômico. E é exatamente disso que nós estamos tratando aqui. Eu quero dizer que nós fomos surpreendidos por uma mobilização desse povo que aqui está, que está sendo despejado de um local que eles estão há 20, 30, 40 anos. Diante disso e me inteirando dessa questão, no âmbito da nossa Comissão de Transporte, Urbanismo e Habitação, eu pedi uma reunião extraordinária para convocar várias instâncias do Município que poderiam ter soluções, Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, para essa questão. Para mim isso denota, mais do que qualquer outra coisa, a desestruturação do planejamento urbano do Município de Porto Alegre, o que eu falo há muito tempo. E é inadmissível que, numa cidade com 1,5 milhão de habitantes, nós não tenhamos planejamento urbano, ou que o desenvolvimento urbano tenha como substrato, como consequência a expulsão das pessoas mais pobres daqueles locais que vão se qualificando, o que a arquitetura chama de gentrificação. Isso não é aceitável. Onde esse povo está, há 10 anos, começou a se desenvolver o Parque Rossi, passando a PUC, ali à esquerda, na Av. Ipiranga. São prédios grandes para pessoas de alta renda, ótimo. Eu, particularmente, defendo isso, só que nessa estruturação tem instâncias no Município, tem uma em especial que se chama Cauge, que existe para pensar como fazer o planejamento urbano e como integrar as pessoas de baixa renda dentro desse processo. As pessoas poderiam trabalhar na obra, durante a obra, e depois da obra, nos empregos que nascem nesses novos bairros planejados, entre outras coisas, porque eles acabam sendo planejados só pelas construtoras, mas não são planejados pelo Município. Então tem

várias ferramentas, como o solo criado, por exemplo, pois a venda desse índice do solo criado poderia gerar habitação popular para essas pessoas. Mas é mais fácil para o Município, numa cidade que já tem 700 praças, pedir mais uma praça do que fazer 50 casas populares. Isso é uma questão de comodismo e de falta de planejamento de uma cidade que não pode crescer simplesmente expulsando as pessoas mais pobres para fora. E, de novo, está falando alguém que é conhecido como alguém que está comprometido com o desenvolvimento, com a liberdade econômica, mas eu não trabalho o tema da liberdade econômica descolado do tema da justiça social.

Hoje nós estávamos na reunião, eu saí, fiz uma petição. Eu quero pedir a assinatura dos senhores vereadores – já acordamos isso, mas o plenário é para dividir com todos essa petição, que vai ser distribuída ao presidente do Tribunal de Justiça, ao mesmo tempo em que faço o pedido ao líder do governo de que o prefeito crie um grupo de trabalho e retire o pedido da reintegração forçada de posse, senão, nós vamos ser obrigados a estar lá, junto com o povo, no dia em que a polícia militar for fazer, para resistir porque eu considero isso uma violência.

Quero dizer, nesses dois minutos, rapidamente o que que nós estamos dizendo ao presidente do Tribunal de Justiça, Sra. Presidente, (Lê.): “Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento número tal, urgente integração de posse da comunidade Mato Sampaio. Nós abaixo-assinados, vereadores do Município de Porto Alegre, integrantes de diversas comissões temáticas desta casa Legislativa, tendo em vista o iminente ato de reintegração forçada de posse de área integrante da comunidade conhecida como Mato Sampaio, vimos a presença de vossa excelência e, ao fim, requerer o que segue: se antes da questão os vereadores realizaram duas reuniões, uma ordinária e uma extraordinária, na tentativa de tomarem ciência do problema e apresentarem soluções. Na reunião extraordinária, embora tenham sido convidados representantes de diversas áreas da Prefeitura que detêm responsabilidades que poderiam ajudar a encaminhar soluções, apenas a PGM – Procuradoria-Geral do Município –compareceu. É evidente a desestruturação administrativa do planejamento municipal, isso fica patente quando se observa que a municipalidade permitiu a edificação de todo um bairro novo, com imóveis de alto valor, mas não pensou na integração das comunidades carentes adjacentes na política de moradia popular, que, por lei, deveria ser financiada pelo solo criado; na estruturação, que

deveria vir acompanhada da mitigação pelo impacto do novo bairro; no esgoto; em creches comunitárias; postos de saúde; medidas que facilmente se integrariam e que, aliás, já estão presente na legislação já existente de contrapartidas sociais e medicações. Preferiu a municipalidade a tarefa mais fácil, apenas apontar que a 'área ocupada' se destinaria agora à praça, jogando as pessoas à própria sorte. Veja, excelência, sequer o senso social daquela área foi feito pelo órgão competente, o DEMHAB. Quanto a isto, a Lei Federal nº 13.465 de 2017 (Regularização Fundiária) estabelece um marco temporal sobre a ocupação consolidada, em 22 de dezembro de 2016. À medida que o Município nem o senso social fez, presume-se que todos que ali estão são consolidados. Informamos, por oportuno, que este Poder Legislativo irá promover a tramitação, em regime de urgência, de projeto de lei que trate da desafetação da área e sua destinação para habitação de interesse social. Diante disso, nós, vereadores, estamos requerendo: que a presente seja conhecida e integrada no processo; que seja cancelada a ordem de reintegração forçada de posse; que, ao mesmo tempo, seja determinado ao Município, no âmbito da Cauge, a realização de um projeto de estruturação urbana dessa área, partindo da revisão das mitigações e contrapartidas das construtoras, compreendidos na área denominada Parque Rossi, da seguinte forma: O censo social da comunidade; um projeto que envolva a estruturação viária e a regularização fundiária; um projeto de coleta e organização do lixo no local; a repactuação das contrapartidas das construtoras que estão desenvolvendo os projetos da área conhecida como Rossi Parque e adjacências (que perfazem a mais de R\$ 1 bilhão de VGV - valor geral de venda) - e que receberam as áreas já com infraestrutura pronta, a saber, várias construtoras que estão ali; que mitigações ou a contrapartidas sociais, na forma da lei, contemplem a construção de habitações populares na área conhecida como Mato Sampaio. Porto Alegre, 5 de setembro de 2019.”

Espero que todos os senhores vereadores assinem e espero, ainda, a sensibilidade do governo municipal. Muito obrigado.

(Texto sem revisão final.)